

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

BERNARDO LIVRAMENTO

GOVERNADORES E SENADORES

Taxa de sucesso dos senadores coligados ao governador eleito por
unidade federativa

Brasília - DF

2022

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA - IPOL

BERNARDO LIVRAMENTO

**GOVERNADORES E SENADORES: TAXA DE SUCESSO DOS
SENADORES COLIGADOS AO GOVERNADOR ELEITO POR
UNIDADE FEDERATIVA**

Monografia apresentada ao curso de Ciência Política, do Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Adrián Albala

BRASÍLIA - DF

2022

AGRADECIMENTOS

À Marisa, Mário, Bruno, Heloísa e Renata, por serem quem são. Ao Rafael, por permitir idas e vindas durante esses 4 anos. Ao Adrián, pela paciência e parceria.

RESUMO

No Brasil, governadores e senadores possuem uma relação eleitoral e política. Ambos têm perfis semelhantes e são eleitos pelo mesmo sistema eleitoral: majoritário em distrito do tamanho de uma unidade da federação (UF). A pesquisa investigou, no âmbito das 27 UFs brasileiras, sete eleições subnacionais para entender se há diferença entre a taxa de sucesso de candidatos a governador e senadores da mesma coligação em UFs distintas. Para isso, a pesquisa analisou e classificou quantitativamente as coligações dos governadores e dos senadores eleitos de 1994 a 2018 no Brasil, período em que as eleições presidenciais, para governador e para senador foram realizadas no mesmo ano. Foi calculada a média da taxa de sucesso, por unidade federativa, dos senadores da chapa do governador eleito. Apesar de uma boa parte das UFs orbitar a média de 50% de sucesso dos senadores, o que sugere que não há hegemonia eleitoral das chapas cujo governador vence, encontramos diferenças relevantes em algumas delas. O Rio Grande do Sul e o Paraná apresentaram a menor taxa de sucesso média entre governadores e senadores da mesma coligação. Por outro lado, Tocantins, Bahia e Maranhão apresentaram a maior taxa de sucesso média nas suas eleições de governadores e senadores da mesma coligação, rondando os 90%. Há evidências para considerar que o nível do *coattail effect* do governador sobre o senador possui diferenças a depender da unidade federativa analisada.

Palavras-chave: Governadores. Senadores. Coligações. *Coattail effect*. Bicameralismo.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 SISTEMA PARTIDÁRIO E ELEITORAL DO BRASIL	10
2.1 Federalismo e bicameralismo	12
2.2 Coligações	14
2.3 <i>Coattail effect</i>	15
3 METODOLOGIA	17
4 RESULTADOS	21
5 CONCLUSÃO	25
REFERÊNCIAS	28

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, é possível traçar paralelos entre o perfil dos governadores das 27 unidades federativas e dos 81 senadores eleitos nos mesmos 27 distritos eleitorais. Em 2018, oito ex-governadores lideravam a corrida ao Senado em seus estados a uma semana das eleições. Em 2019, no início da 56ª legislatura, 13 das 27 unidades federativas possuíam ao menos um ex-governador como representante no Senado Federal.

Mais do que perfis semelhantes, os paralelos entre senadores e governadores se estendem às eleições. Apesar de serem cargos diferentes, eles disputam votos no mesmo distrito, seus estados, através do sistema eleitoral majoritário. Desde 1994, essa disputa ocorre concomitantemente à eleição para presidente da República. Sobre o presidente, no entanto, a Ciência Política tem amplo debate sobre a influência da sua eleição no sucesso eleitoral de candidatos a outros cargos, o que é chamado pela literatura de *coattail effect* (BORGES, 2015; BORGES & LLOYD, 2016; BORGES, PAULA & SILVA, 2016; BORGES & TURGEON, 2017; HICKENS & STOLL, 2011).

Entretanto, o debate acadêmico sobre o *coattail effect* de governadores sobre senadores é limitado. Pelos paralelos traçados anteriormente, é possível que a eleição ao Executivo estadual influencie a eleição ao Senado. Na verdade, já há alguma evidência de que esse fenômeno realmente acontece (BARBOSA, 2013; OLIVEIRA, 2021). Os trabalhos feitos até aqui, porém, tratam do fenômeno de forma geral, colocando todas as unidades federativas na mesma análise. Barbosa (2013), por exemplo, conclui que o endosso do governador eleito é uma variável importante para quem almeja ser eleito senador.

As diferenças de ocorrência do fenômeno entre as unidades federativas, contudo, não foram estudadas. O intuito deste trabalho, portanto, é dar início a esse tipo de análise, que examina o *coattail effect* entre governador e senador nas unidades federativas de forma separada. Dessa forma, este trabalho dará continuidade a uma agenda de pesquisa recente que quer entender as relações de governadores com senadores. Embora exista uma agenda de pesquisa que investiga a lógica de atuação legislativa dos senadores e a influência dos

governadores nisso (NEIVA & SOARES, 2013), nosso trabalho focará apenas nas relações eleitorais.

Partiremos de Barbosa (2013), que foi abrangente e analisou as eleições para o Senado e para os governos dos estados em conjunto. Ao final, instituiu que “não se pode chegar a conclusões mais precisas sobre o peso específico de cada variável, pois, a nosso ver, além da porcentagem do sucesso eleitoral seria necessário fazer uma análise minuciosa do contexto da eleição em cada Estado” (p. 77). Daí que temos o objeto desta pesquisa: a porcentagem de sucesso eleitoral dos senadores coligados ao governador vencedor, que chamamos de taxa de sucesso dos governadores eleitos. Esse número indicaria um certo nível do *coattail effect* desses governadores para com os senadores.

O objetivo do trabalho é descrever a taxa de sucesso do governador eleito em eleger senadores de sua coligação em cada unidade da federação do Brasil. A partir dos achados de Oliveira (2021), que demonstrou que o alinhamento do candidato a senador com o candidato a governador eleito aumenta suas probabilidades de sucesso eleitoral, busco decupar essa conclusão por cada unidade federativa do país.

Para tal, este trabalho busca apresentar um cenário descritivo sobre o que aconteceu em cada unidade federativa do Brasil em relação aos senadores coligados ao governador eleito. Demonstraremos que o grau com qual os governadores conseguem eleger seus senadores varia entre as unidades federativas brasileiras.

Os dados eleitorais utilizados serão apresentados de 1994 até 2018. O recorte da análise entre esses anos se justifica porque antes de 1994 as eleições para presidente aconteceram em 1989, enquanto as eleições de governadores e senadores ocorreram em 1990. Ao deixar de fora essa única eleição após a promulgação da Constituição Federal vigente, excluo uma variável que poderia distorcer resultados: a ausência da eleição presidencial junto da eleição para governadores e senadores.

Com isso, o trabalho pretende responder a seguinte pergunta: a depender do estado analisado, a taxa de sucesso do *coattail effect* do governador para senadores de sua coligação varia?

Como demonstrado, iremos responder essa pergunta com dados de sete eleições em 27 unidades federativas. Entretanto, por se tratar de uma nova abordagem, ilustraremos a seguir o fenômeno do *coattail effect* do governador sobre seus senadores em dois casos particulares. No decorrer do trabalho voltaremos a tratar o fenômeno de forma geral.

Em 2018, João Doria foi eleito governador de São Paulo com quase 11 milhões de votos no segundo turno. Sua coligação era formada por PSDB, PSD, PP, DEM, PRB, PTC e tinha dois candidatos ao Senado: Mara Gabrilli (PSDB), eleita com 6,5 milhões de votos, e Tripoli (PSDB), 4º colocado na eleição com 3,1 milhões de votos. Nesse caso particular, poderíamos afirmar que na eleição paulista de 2018, a taxa de sucesso do governador eleito foi de 50%: Doria possuía dois candidatos da sua coligação e conseguiu eleger apenas um deles, metade.

Por outro lado, ao observarmos a eleição de Minas Gerais em 2018, o eleito para o governo foi Romeu Zema, do Partido NOVO, com aproximadamente 7 milhões de votos. O NOVO apresentou apenas um candidato ao Senado: Rodrigo Paiva, que terminou em 5º lugar na eleição com 1,3 milhão de votos. A taxa de sucesso de Zema foi 0%. O NOVO apresentou um candidato ao Senado coligado ao governador eleito, mas não o elegeu.

Sistematizaremos esse tipo de dado em séries temporais para cada estado, o que permitirá conclusões mais abrangentes não sobre a dinâmica de uma ou duas eleições específicas, mas sobre tendências históricas de voto em cada estado. Detalharei essa metodologia no terceiro capítulo.

A pesquisa não tem a intenção de explicar o que poderia causar os diferentes resultados em cada unidade federativa. Ao final, levantamos alguns temas que podem ser aprofundados em trabalhos posteriores para cumprir esse objetivo. Por ora, nos limitaremos a descrever quantitativamente o que ocorreu nas UFs desde 1994.

O trabalho está organizado em cinco capítulos, dos quais esta introdução é o primeiro. O segundo capítulo trata do marco teórico, onde apresentamos os principais conceitos que fazem fronteira com os dados das eleições analisadas: sistema partidário e eleitoral brasileiro, federalismo e bicameralismo, coligações e o *coattail effect*. Nesse capítulo a pergunta de pesquisa é reafirmada: a depender do estado analisado, a taxa de sucesso do *coattail effect* do governador eleito para senadores de sua coligação varia? Além disso, é apresentada a hipótese de que há diferenças nos dados eleitorais subnacionais e diferentes estados apresentam diferentes taxas de sucesso dos governadores eleitos na eleição de seus senadores coligados.

O terceiro capítulo mostra a metodologia utilizada. Nele, descrevemos a coleta e a organização dos dados, além de apresentar discussões sobre como medir a taxa de sucesso do *coattail effect* do governador eleito sobre seus senadores coligados. Relacionamos essa metodologia com a hipótese proposta no trabalho.

No quarto capítulo, os resultados são apresentados e explorados. A maioria dos governadores eleitos ronda 50% de taxa de sucesso do *coattail effect* sobre seus senadores coligados. Entretanto, existem diferenças significativas entre algumas unidades federativas. Os governadores eleitos por Tocantins, Bahia, Maranhão, Ceará e Pernambuco possuem historicamente altas taxas de sucesso em eleger seus senadores coligados. Os números desses estados rondam 90%. Por outro lado, os governadores eleitos pelo Paraná e o Rio Grande do Sul quase nunca tiveram sucesso em eleger senadores coligados: suas taxas rondam 20%.

Por fim, na conclusão, esses achados são sintetizados e analisados à luz de alguns temas. Dentro do âmbito desses temas proponho algumas investigações a serem feitas sobre as diferenças subnacionais do *coattail effect* dos governadores eleitos sobre seus senadores coligados.

2 SISTEMA PARTIDÁRIO E ELEITORAL DO BRASIL

Ao observarmos o sistema político brasileiro, a característica que mais chama a atenção em comparação com outras democracias representativas é o número de partidos. O Brasil é um multipartidarismo exacerbado, por assim dizer (ALVES, 2019). O Número Efetivo de Partidos (NEP) do Congresso Nacional brasileiro é o mais alto do mundo (NICOLAU, 2015). Estão registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) cerca de 32 partidos políticos, todos de caráter nacional, já que não é possível, no Brasil, criar partidos políticos regionais ou estaduais. Após a janela partidária do último ano da 56ª legislatura, 23 legendas estão representadas na Câmara dos Deputados e 16 estão presentes no Senado.

Existem outras características do sistema partidário brasileiro. São elas, segundo Carreirão (2014), a padronização partidária da disputa presidencial, que se organizou, até 2014, em torno do embate entre PSDB e PT, a coordenação crescente das eleições para governadores na maioria dos estados, com particular influência da disputa presidencial e o importante papel da ideologia na estruturação do sistema partidário do país.

Mesmo que haja alguma pacificação quanto às afirmativas anteriores, há importante discussão na literatura sobre outras características do sistema partidário brasileiro. A mais relevante para este trabalho é a discussão sobre a institucionalização. Segundo Tarouco (2010, p. 170), “o grau de institucionalização do sistema partidário é [...] a principal variável que diferencia as novas democracias (de terceira onda) das democracias consolidadas”.

Um indicador importante da institucionalização de um sistema partidário pode ser a verticalidade deste. Caso os partidos tenham estabilidade (padrões regulares de competição partidária), enraizamento na sociedade, legitimidade conferida pelos atores políticos e independência em relação aos interesses dos líderes, como postulam Mainwaring e Scully (1995) e Mainwaring (2001), pode-se dizer que o sistema partidário em questão é institucionalizado.

Há uma componente federativa na avaliação do primeiro postulado, que institui que os partidos precisam ter certa previsibilidade eleitoral, ou seja, pouca volatilidade quando competem por cargos eletivos. É essencial olhar, portanto, a

padronização das eleições de governadores, senadores, deputados federais e estaduais, todas em distritos eleitorais do tamanho de uma unidade federativa, e não em um distrito eleitoral do tamanho do país. Carreirão (2014), ao analisar o debate sobre a institucionalização do sistema partidário brasileiro, faz uma afirmação que vai no cerne das eleições subnacionais:

Em relação às eleições para os cargos de senador, deputado federal e deputado estadual e especialmente o de governador, é necessário tomar com cautela a afirmação de que as estratégias de coligação são coordenadas com a disputa presidencial, já que, quando incluímos na análise, além dos principais aliados de PT e PSDB, o conjunto de partidos relevantes em âmbito nacional, verificamos que boa parte deles, ao decidir suas estratégias de coligação em eleições para outros cargos, não leva em grande consideração a estrutura da disputa presidencial. Além disso, nas eleições para governador as próprias decisões partidárias visando coordenar as estratégias estaduais com a nacional, em conjunto com a migração partidária de lideranças regionais, não contribuem para a estabilidade dos sistemas partidários em âmbito estadual (CARREIRÃO, 2014, p. 285).

Dessa forma, cumpre estabelecer que as eleições disputadas por esse sistema partidário possuem alguns atributos. O primeiro deles é a convivência entre os sistemas majoritários e proporcionais. Via de regra, são os dois paradigmas gerais para a transformação de votação em cargos (OLIVEIRA, 2021). A nível legislativo federal, as eleições são proporcionais para os deputados federais e majoritárias para senadores. No caso dos executivos estaduais, as eleições são majoritárias para os governadores.

No Brasil, as eleições ocorrem dessa forma de quatro em quatro anos. No âmbito do Poder Legislativo Federal, Rubiatti e Almeida (2018, p. 68) detalham outras diferenças entre a eleição para a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal:

Para a Câmara dos Deputados se adota o sistema proporcional, com variação na magnitude dos distritos (entre 8 e 70), obedecendo o tamanho populacional – apesar de, no caso brasileiro, as regras de mínimo e máximo de cadeiras por distritos acabarem gerando certo grau de sobrerrepresentação distrital. Já para o Senado, é adotado o sistema de maioria simples, o candidato, ou os dois candidatos mais votados eleitos. Somado a isso, se adota a renovação parcial de um e dois terços intercalados (enquanto para a Câmara dos Deputados a

renovação é total). Por fim, o tempo de duração dos mandatos também é diferente, sendo que os senadores têm um mandato de oito anos e os deputados de quatro.

Quanto aos governadores, suas eleições são parecidas com a eleição para a Presidência da República: vence aquele candidato que tiver mais de 50% dos votos válidos. Caso ninguém atinja esse percentual, os dois candidatos mais votados para o cargo disputam o segundo turno, em que vence aquele mais votado. A única diferença é o distrito eleitoral, que no caso do governador é equivalente a uma unidade federativa, enquanto para o presidente da República é o país inteiro.

A eleição dos governadores, portanto, está intrincada a um sistema político descentralizado em 26 estados e um distrito federal. Os senadores, por outro lado, possuem um sistema eleitoral *sui generis*, que não encontra paralelo com outros cargos legislativos, como vereadores e deputados estaduais. Por essa razão, faz-se necessário um breve esclarecimento sobre os preceitos teóricos do federalismo e do bicameralismo, conceitos que rondam governadores e senadores.

2.1 Federalismo e bicameralismo

O principal marco teórico produzido pela ciência política brasileira sobre a política subnacional diz que os governadores seriam atores de elevado poder em seus redutos e por isso teriam a capacidade de fazer um pacto homologatório com seus respectivos legislativos (ABRUCIO, 1998). Essa tese, porém, não é mais atual, já que o próprio autor admite sua validade apenas até meados da década de 90, em virtude de mudanças estruturais no federalismo do Brasil e seguidos ajustes fiscais (GRAÇA, 2014).

Diante desse cenário, os estudos subnacionais têm sido insuficientes ao dar uma explicação clara e geral sobre a dinâmica política que rege a relação entre Poder Executivo e Poder Legislativo nas unidades da federação, por exemplo, e em vários outros temas. Via de regra os estudos existentes são limitados por analisarem uma série temporal sem muita amplitude. As conclusões acabam por não contribuir tanto como poderiam, já que dificilmente apresentam um panorama amplo dos acontecimentos nas unidades subnacionais.

Sobre a relação Executivo-Legislativo nos estados, existem estudos sobre o Espírito Santo, São Paulo, Ceará, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro (DOMINGUES, 2001; ABRUCIO, TEIXEIRA & COSTA, 2001; GROHMANN, 2001; SANTOS, 2001; GRAÇA, 2014). Alguns estudos quantitativos com muitos casos também foram feitos (TOMIO & RICCI, 2012), mas sem permitir qualquer explicação definitiva sobre o protagonismo legislativo de um poder ou outro. Outros temas, como o *coattail effect* da candidatura de governador sobre senadores coligados nas unidades subnacionais, objeto específico desse trabalho, entretanto, não possuem tanta contribuição teórica, com exceção do trabalho de Barbosa (2013) e Oliveira (2021).

O objetivo deste trabalho é descrever o que acontece nas eleições para governadores e senadores em um relativo longo horizonte de temporalidade (1994-2018), contemplando a análise de 7 eleições. Dessa forma, os estudos subnacionais ganham um ponto de partida relevante para o entendimento das relações eleitorais de governadores e senadores.

Por outro lado, se os estudos subnacionais acabam sendo um pouco preteridos naquilo que o trabalho pretende tratar, o bicameralismo já é uma agenda de pesquisa um pouco mais consolidada. Longe de se tratar de um tema amplamente explorado como presidencialismo de coalizão ou o próprio funcionamento da Câmara dos Deputados, o bicameralismo, pelo menos, vem acumulando algumas pesquisas importantes nos últimos anos.

As contribuições acadêmicas para a compreensão do conceito vieram, primeiro, de Tsebelis e Money (1997), que disseram que o bicameralismo se caracteriza por ter um processo legislativo que passa por duas casas distintas. Cutrone e McCarty (2009) e Heller e Branduse (2014) adicionaram outros atributos necessários ao bicameralismo: os primeiros definem como bicamerais os sistemas que exigem maioria dupla para a aprovação de uma nova legislação e os segundos instituem que o bicameralismo precisa estar presente no texto constitucional enquanto sistema e, ainda, que nesse sistema as duas casas precisam ter o mínimo poder de veto.

O maior avanço nas classificações bicamerais, entretanto, veio de Lijphart (1999), que criou uma forma de mensuração da força do bicameralismo usada até

hoje. A simetria e a congruência foram as duas variáveis que permitiram a Lijphart classificar os bicameralismos em fracos, intermediários ou fortes.

A partir desses estatutos teóricos, os estudos sobre o bicameralismo foram sendo desenvolvidos. Duas correntes de estudos foram emergindo: a primeira relacionava o bicameralismo e coalizões (ALBALA, 2017a; ALBALA, 2017b; MERLO, 2007) e a segunda dizia respeito à representação política nos bicameralismos (HELLER, 2007; STEPAN, 1999).

No Brasil, os estudos acumulados sobre o Senado Federal, câmara alta do país, se dividem em 4 tipos: estudos funcionais, como os de Izumi (2016) e Neiva (2013), estudos de perfil, como o de Silva (2011), estudos históricos, como o de Souza (2015), e estudos comparativos, como o de Lemos e Llanos (2007).

Para o que interessa a este trabalho, os estudos de perfil foram mais úteis, dado que eles se dedicam a entender o *background* dos senadores e como eles chegaram ao Senado, o que envolve frequentemente coligações e a influência da figura do candidato a governador nelas, papel que espero esclarecer no subcapítulo abaixo.

2.2 Coligações

Segundo a Lei das Eleições (L9504/1997), a coligação “terá denominação própria [...], sendo a ela atribuídas as prerrogativas e obrigações de partido político no que se refere ao processo eleitoral, e devendo funcionar como um só partido no relacionamento com a Justiça Eleitoral e no trato dos interesses interpartidários”. Trata-se, portanto, da aliança de diferentes partidos políticos que, durante as eleições, serão indissociáveis para fins de campanha eleitoral e contagem de votos.

De acordo com Mignozetti, Galdino e Bernabel (*apud* SILVA, 2015, p. 12), a literatura sobre coligações é dividida em função dos seus objetivos, e pode ser dividida entre estudos que tratam das razões pelas quais os partidos se coligam, do nível de consistência ideológica dos partidos coligados, das consequências das coligações para a representação política e da fragmentação partidária decorrente das coligações.

Em relação a mudanças na legislação que trata das coligações, a Presidência da República sancionou, no dia 1º de outubro de 2021, a Lei 14.211/2021, que estabelece vedação às coligações nas eleições proporcionais. Além disso, entre 2002 e março de 2006, vigorou a obrigatoriedade da verticalização das coligações. Nesse caso, os partidos eram obrigados a terem a mesma aliança em âmbito federal, estadual e municipal.

Para o estudo em tela, entretanto, as eleições multinível do federalismo brasileiro interessam pouco. Iremos analisar as eleições de governador e de senador, cujas coligações, apesar de não serem sempre idênticas, são sempre congruentes, dado que a legislação eleitoral proíbe mais de uma coligação para eleições majoritárias de um mesmo distrito eleitoral (OLIVEIRA, 2021). Dessa forma, pretendemos avaliar a influência da candidatura do governador eleito sobre os senadores coligados. A esse fenômeno de influência da eleição ao Executivo sobre a eleição legislativa chama-se, na literatura, *coattail effect*.

2.3 Coattail effect

A população tem desconhecimento e desinteresse pelo que acontece na arena política (DOWNS, 1957). Nesse cenário, as disputas eleitorais que se apresentam de forma mais simplista acabam por ganhar a atenção do eleitor. Essas são as eleições ao Executivo. Quem centraliza as ações do que se conhece como governo é o chefe do Executivo, seja presidente ou governador, razão pela qual este possui uma centralidade nos processos políticos, eleitorais, burocráticos, administrativos e diplomáticos. Isso também cria centralidade dessa figura com os partidos que participam da arena eleitoral (LOPEZ; PRAÇA, 2015).

Essa centralidade e ascendência do Poder Executivo, inclusive sobre o sistema partidário, faz nascer uma agenda de pesquisa que trata do *coattail effect*, isso é, o efeito causado pela eleição do Executivo nas eleições legislativas.

Os estudos são recentes, tendo como um dos principais propulsores do tema Golder (2006). Ele afirma que o menor número de candidatos que concorrem à Presidência, junto da concomitância das eleições executivas e legislativas, podem causar uma organização partidária em torno das legendas presidenciais. Isso teria

reflexo na percepção dos eleitores e causaria um atalho entre o voto para o Poder Executivo e o voto para o Poder Legislativo.

As pontuações da literatura sobre as eleições presidenciais e seus efeitos na eleição de deputados federais são muitos. Com destaque, talvez, para o trabalho de Borges e Turgeon (2017), que, entre outros aportes, demonstram que os arranjos partidários nos distritos eleitorais não podem ser muito mais complexos do que os arranjos partidários em âmbito nacional. Nesse cenário, o *coattail effect* poderia ser nulo.

Há pouca literatura, entretanto, sobre o *coattail effect* de governadores e senadores no Brasil. Barbosa (2013) e Oliveira (2021) fazem um ótimo esforço nesse sentido. Mesmo assim, o tema ainda carece de outras contribuições. A literatura é ainda mais restrita quando se trata de entender o fenômeno em diferentes contextos subnacionais, como propomos aqui.

Barbosa (2013, p. 77) conseguiu verificar que “o apoio do governador é um fator relevante para determinar o sucesso eleitoral do senador” e Oliveira (2021, p. 76) demonstrou que “sobressaiu o resultado de que a maior proximidade com o candidato ao governador trazia ao candidato ao Senado maior probabilidade de eleição”. Essas afirmações podem ser compreendidas como evidências da existência de um *coattail effect* de governadores para senadores. Porém, com 27 unidades federativas no Brasil, é de se questionar se esse fenômeno é idêntico em todos os estados.

Por isso, indagamos:

- A depender do estado analisado, a taxa de sucesso do *coattail effect* do governador eleito para senadores de sua coligação varia?

A hipótese H1 é de que diferentes estados apresentam diferentes taxas de sucesso dos governadores eleitos na eleição de seus senadores coligados.

3 METODOLOGIA

A metodologia começa com a coleta dos dados eleitorais e a construção de um banco de dados próprio. Com o escopo de análise sendo as eleições para governador e para senador nas 27 unidades federativas do Brasil entre 1994 e 2018, foi necessária uma ampla coleta em diversas fontes oficiais e não-oficiais. Para eleições mais recentes, foram consultados arquivos disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral, principalmente através do Portal de Dados Abertos. O TSE disponibiliza publicamente, entre outros dados, as coligações das candidaturas de governadores e senadores Brasil afora, essencial para a análise proposta neste trabalho. Em casos de eleições mais antigas, os sites dos TREs foram úteis. Por fim, em último caso e para estados em que as eleições não possuem ampla cobertura, foram consultados veículos jornalísticos (Acervo do Estadão e Acervo da Folha de São Paulo) e projetos de enciclopédia digital de licença livre (Wikipédia, com as devidas fontes verificadas).

Posteriormente, com os dados eleitorais (candidatos, eleitos, partido, coligações e número de votos) coletados e organizados em eleições quadriênis, passou-se à formulação de uma tabela descritiva. O preenchimento da tabela se deu da seguinte forma: para cada estado, foram analisadas as eleições de governador e de senador. O primeiro passo foi analisar o governador que venceu as referidas eleições e sua coligação. Em um segundo momento, passou-se à eleição de senador. Nesse cenário, caso fosse uma eleição de dois senadores, havia três possibilidades:

i) Os dois senadores eleitos faziam parte da coligação do governador eleito. Caso isso fosse verificado, era aferida 100% de taxa de sucesso do *coattail effect* do governador eleito.

ii) Apenas um senador eleito fazia parte da coligação do governador. Caso isso fosse verificado, era aferida 50% de taxa de sucesso do *coattail effect* do governador eleito.

iii) Nenhum senador da coligação do governador foi eleito. Dessa forma, a taxa de sucesso do *coattail effect* do governador eleito foi 0%.

Ainda sobre as eleições em que dois senadores são eleitos, há um adendo metodológico. Durante a classificação, percebeu-se que ocorriam casos em que os candidatos a governador eleitos possuíam apenas um candidato de sua coligação disputando o Senado Federal. O normal, reitera-se, é que dois candidatos fossem lançados para tentar vencer uma eleição que disponibiliza duas vagas, conforme permite o TSE. Entretanto, há casos em que a coligação lançou apenas uma candidatura a senador. Dessa forma, avaliou-se que, caso esse candidato único ao Senado vencesse uma das vagas, seria injusto classificar esse fenômeno como uma taxa de sucesso de 50%. Ora, quem garante que, em caso do lançamento de dois candidatos, os dois senadores coligados ao governador eleito não iriam vencer as duas vagas? Não seria possível dizer que o governador eleito teve 50% de taxa de sucesso sendo que nem houve a possibilidade de atingir o 100%. Dessa forma, nesses casos, optou-se por classificar o sucesso do governador eleito, excepcionalmente, em 75%. Foram 11 casos nas eleições analisadas em que atribuiu-se 75% de sucesso ao governador eleito em uma determinada eleição. Se é questionável criar essa classificação alternativa, pode-se argumentar que é menos injusto do que manter os 50% quando nem houve chance de atingir 100%.

Para se chegar ao 75%, elaborou-se a fórmula abaixo. Ela funciona como uma média do percentual de candidaturas eleitas ao cargo de senador (nesse caso, um candidato disputou e venceu sua disputa, conferindo 100% das candidaturas eleitas) e o percentual de vagas ao Senado Federal disputadas por essa coligação: sendo eleições de duas vagas e tendo apenas um candidato disputando a eleição, esse número seria de 50%. Dessa forma, chegou-se aos 75%.

$$\frac{\% \text{ candidaturas eleitas} + \% \text{ vagas disputadas}}{2}$$

Já no caso das eleições em que havia apenas uma vaga para o Senado Federal, as possibilidades são duas: ou 100%, caso o senador eleito tenha sido da coligação do governador, ou 0%, caso não.

Por fim, foi feita uma média simples das taxas de sucesso, levando em consideração todas as eleições desde 1994, quando houve a sincronização da eleição presidencial com a de governadores e senadores, até 2018, última eleição disputada no Brasil até aqui.

Cabe ressaltar que, por se tratar de uma metodologia de pesquisa inédita, podem haver algumas problemáticas a serem aperfeiçoadas em trabalhos posteriores. Destacamos duas.

A primeira delas é o diferente peso das eleições em que há apenas uma vaga disponível para o Senado Federal. O fato de elas terem apenas 0% ou 100% como resultados possíveis acaba dando um peso muito maior para esse tipo de eleição na média final das unidades federativas analisadas. Como as eleições de duas vagas possuem chance de terminar com 50% ou 75% de sucesso atribuído, elas podem ter efeitos menos impactantes em um cálculo simples de média, mesmo que, enquanto fenômenos políticos, possam dizer tanto quanto uma eleição de uma vaga só.

Além disso, o peso está invertido. Podemos argumentar que obter sucesso com dois candidatos ao Senado é uma tarefa muito mais complicada do que com apenas um. Por isso, o peso deveria ser maior, em verdade, quando há 100% de sucesso em eleições de duas vagas, do que 100% de sucesso em uma eleição de uma vaga.

Outro desafio a ser superado é o *locus* da análise. No presente trabalho, optamos por levar em consideração o governador vencedor das eleições para, posteriormente, verificar os senadores eleitos. Entretanto, há bons argumentos no sentido de que o que deveria ser levado em consideração é o governador que vence em primeiro turno, independentemente do resultado do segundo turno. Não foram tão raros os casos em que um candidato a governador venceu no primeiro turno e senadores de suas coligações foram eleitos. No segundo turno, entretanto, o segundo colocado acabou vencendo e o sucesso atribuído à chapa acabou sendo nulo. A título de exemplo temos a eleição paraense de 2006.

Por outro lado, pode-se dizer que não haveria razão de analisar os senadores eleitos coligados a um candidato a governador que, ao fim e ao cabo, não foi eleito. Ser o mais votado no primeiro turno não garante a eleição. Se o que está sendo

avaliado é a capacidade de uma população eleger uma mesma coligação para o governo do seu estado e para o Senado Federal, talvez o correto fosse mesmo considerar a coligação do governador vencedor, independentemente do resultado do primeiro turno. Embora não haja clareza do caminho correto a ser tomado, pode haver um debate nesse sentido.

Com essa metodologia busquei responder à pergunta de pesquisa exposta no marco teórico e verificar a falsidade da hipótese H1.

4 RESULTADOS

A partir da metodologia desenvolvida, chegamos aos resultados da Tabela 1, que está organizada pela taxa de sucesso média de cada unidade federativa em ordem decrescente. Os dados descritivos apresentados neste capítulo são suficientes para afirmar que o grau com qual os governadores conseguem eleger seus senadores varia entre os estados. Há evidências para dizer que diferentes estados apresentam diferentes taxas de sucesso dos governadores eleitos na eleição de seus senadores coligados.

Tabela 1 – Taxas de sucesso do *coattail effect* dos governadores eleitos para senadores de suas coligações por eleição e por UFs

UF	1994 (2)	1998 (1)	2002 (2)	2006 (1)	2010 (2)	2014 (1)	2018 (2)	Média
TO	100%	100%	100%	100%	100%	100%	50%	93%
BA	100%	100%	100%	0%	100%	100%	100%	86%
MA	100%	100%	100%	0%	100%	100%	100%	86%
CE	100%	100%	75%	100%	100%	0%	75%	79%
PE	50%	100%	100%	0%	100%	100%	100%	79%
SC	50%	100%	50%	100%	100%	100%	0%	71%
PA	50%	100%	50%	0%	75%	100%	100%	68%
GO	100%	0%	100%	100%	100%	0%	50%	64%
PB	100%	100%	50%	100%	50%	0%	50%	64%
PI	0%	100%	0%	100%	50%	100%	100%	64%
AC	0%	100%	75%	100%	50%	0%	100%	61%
MT	75%	100%	50%	100%	50%	0%	50%	61%
AM	50%	100%	50%	0%	100%	100%	0%	57%
DF	50%	100%	50%	0%	100%	100%	0%	57%
MG	50%	100%	50%	100%	100%	0%	0%	57%
MS	100%	0%	75%	100%	50%	0%	50%	54%
RN	50%	100%	0%	0%	75%	100%	50%	54%
AL	50%	100%	0%	0%	50%	100%	50%	50%
ES	0%	100%	0%	0%	100%	100%	50%	50%
RR	50%	100%	0%	100%	50%	0%	50%	50%
RO	0%	0%	0%	100%	75%	100%	50%	46%
SP	50%	0%	50%	0%	75%	100%	50%	46%
SE	100%	0%	75%	0%	100%	0%	50%	46%
AP	50%	0%	50%	100%	50%	0%	50%	43%
RJ	50%	100%	0%	100%	50%	0%	0%	43%
PR	0%	0%	0%	0%	0%	100%	75%	25%
RS	50%	0%	0%	0%	50%	0%	50%	21%

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do TSE, TREs.

A sistematização dos dados e o cálculo das médias das taxas de sucesso de 1994 a 2018 nos permite ter uma visão holística e histórica sobre as 27 unidades federativas do Brasil e o *coattail effect* dos governadores eleitos sobre seus senadores coligados.

A média das taxas de sucesso dos governadores eleitos no Brasil é de 58%. A mediana é 57%. O desvio padrão foi calculado e ficou na casa de 17%, o que sugere pouca dispersão dos dados. Fora da banda de um desvio padrão, temos as unidades federativas com taxa de sucesso média acima de 75%, pintadas de verde, e unidades federativas com taxa de sucesso média abaixo de 41%, pintadas de vermelho.

Não há moda nos dados médios apresentados. Quatro números se repetem três vezes, o que inviabiliza a afirmação de uma moda: 50%, por meio de Alagoas, Espírito Santo e Roraima, 57%, pontuado por Amazonas, Distrito Federal e Minas Gerais, 64%, números de Goiás, Paraíba e Piauí, e 46%, de Rondônia, São Paulo e Sergipe.

Os estados com as maiores taxas, em verde, são Tocantins, Bahia, Maranhão, Ceará e Pernambuco, um estado da Região Norte e quatro estados da Região Nordeste. Os casos de Tocantins, da Bahia e do Maranhão chamam a atenção. Nesses três estados, em todas as eleições, exceto uma, os governadores eleitos conseguiram eleger 100% dos seus senadores coligados.

A presença de quatro estados do Nordeste entre aqueles com as maiores taxas de sucesso fazem da região a mais bem-sucedida no fenômeno do *coattail* do governador eleito e seus senadores. Interessante notar que, em quatro desses cinco estados, há a incidência de dinastias políticas. Bahia, com os Magalhães, Maranhão, com os Sarney, Ceará, com os Ferreira Gomes, e Pernambuco, com os Campos. Outro ponto em comum entre esses estados, agora incluindo o Tocantins, é o IDH. Todos os cinco estão na metade de baixo do ranking brasileiro de Índice de Desenvolvimento Humano.

Em vermelho temos apenas dois estados: Rio Grande do Sul e Paraná, ambos da Região Sul do país. As unidades federativas em amarelo são Minas Gerais, Acre, Mato Grosso, Amazonas e Distrito Federal, duas do Norte, duas do

Centro-Oeste e uma do Sudeste. Elas foram classificadas dessa forma por terem as taxas de sucesso mais próximas da média nacional de 58%.

Apesar de tudo, a variável regional parece explicar pouco. Embora Rio Grande do Sul e Paraná tenham apresentado números parecidos, Santa Catarina ficou distante desses dois e teve taxa média de sucesso de 71%, próxima das maiores médias do país. O Nordeste, que pontuou alto com Maranhão, Bahia, Ceará e Pernambuco, também teve exemplares de pouco sucesso do governador eleito por meio de Sergipe, Alagoas e Rio Grande do Norte.

Vimos uma série números que rondam os 50%: a média ficou em 58%. Apesar de não haver moda, 46%, 50% e 57% são três dos quatro números que mais se repetem. Além disso, tirando o Rio Grande do Sul e o Paraná, a taxa média de sucesso mais baixa é de 43%, do Rio de Janeiro, número também próximo de 50%.

Isso sugere que pode haver uma tendência de equilíbrio – longe de 100% e longe de 0% – da chapa do governador vencedor nas unidades federativas brasileiras. Os dados podem sustentar o argumento de que não há integral dominância eleitoral dos senadores coligados com o governador vencedor. Por outro lado, não deixa de ser uma boa notícia para os governadores eleitos, já que significa que, em eleições de duas vagas para o Senado, eles teriam, em média, a capacidade de eleger pelo menos um senador.

Outra análise interessante diz respeito aos anos dos pleitos. Nas eleições em que cada UF elegeu dois senadores, 2018 é, junto de 2002, o ano em que menos governadores eleitos conseguiram eleger 100% dos senadores coligados. Em 2002 apenas cinco estados (Tocantins, Bahia, Maranhão, Pernambuco e Goiás) conseguiram atingir 100%. Em 2018, seis estados chegaram nesse número (Bahia, Maranhão, Pernambuco, Pará, Piauí e Acre). O dado é interessante pois 2002 e 2018 marcaram duas ascensões presidenciais inéditas: Lula e Bolsonaro, respectivamente. A título de comparação, em 2010, 12 governadores eleitos elegeram 100% dos senadores coligados.

Por fim, Pernambuco é um caso digno de menção. Observando a segunda eleição vitoriosa de Eduardo Campos (PSB) para o governo do estado, cabe ressaltar a sua coligação: ele reuniu 14 partidos ao redor de sua candidatura. Esse

apoio virou uma herança para seu sucessor, Paulo Câmara (PSB), que ampliou ainda mais a coligação: sua eleição contou com a reunião de 20 siglas. A significativa união de partidos refletiu nas eleições dos senadores da coligação. O número de partidos reunidos em torno de apenas um candidato a governador limitou a competição pelo Senado. Não à toa Pernambuco apresentou uma alta taxa média de sucesso.

Apesar de satisfatórias para o que foi proposto neste trabalho, essas constatações são meramente descritivas. Posteriormente, na conclusão, propomos temas a serem tratados em novas pesquisas sobre o *coattail effect* entre candidatos a governador e senador. Esses trabalhos já poderiam ter como objetivo fornecer alguma explicação para as disparidades entre algumas unidades federativas e entender quais variáveis causariam um *coattail effect* mais intenso do governador eleito em alguns estados específicos.

5 CONCLUSÃO

Pode-se dizer que governadores e senadores são indissociáveis (ALBALA & RENIU, 2018). Para além de um perfil semelhante, no âmbito da experiência política acumulada, classe social, educação formal e idade (LLANOS & SÁNCHEZ, 2006), os senadores e os governadores disputam uma eleição majoritária em um distrito eleitoral do tamanho de uma unidade federativa.

Alguns trabalhos já aferiram a relação eleitoral entre um candidato a governador e um candidato ao Senado Federal. Existem evidências que podem sustentar o argumento de que o *coattail effect* da votação de um governador a um senador existe.

Tendo isso em tela, o presente trabalho buscou aprofundar sobre o *coattail effect* entre candidatos a governador e senador e decupar a magnitude do fenômeno nas 27 unidades federativas do Brasil. Buscou-se responder a pergunta: a depender do estado analisado, a taxa de sucesso do *coattail effect* do governador para senadores de sua coligação varia? A hipótese formulada dizia que sim, que há estados em que governadores e senadores de uma mesma coligação são frequentemente eleitos, enquanto há outros estados em que isso não ocorre.

Com dados das eleições de 1994 a 2018, por conta da sincronia com a eleição presidencial, o trabalho desenvolveu uma metodologia que classifica o sucesso dos governadores eleitos em eleger seus senadores coligados de 0% a 100%, o que chamamos aqui de taxa de sucesso. Após o cálculo da média, mediana, desvio padrão e moda desses dados, ficou claro que a maior parte das unidades federativas rondam, em média, os 50% de taxa de sucesso do governador eleito.

Entretanto, também ficou claro que há unidades federativas extremamente díspares. Tocantins, Bahia, Maranhão, Pernambuco e Ceará ficaram acima de um desvio padrão da média. Enquanto isso, Rio Grande do Sul e Paraná ficaram um desvio padrão abaixo da média. Isso fornece evidências de que há diferenças importantes no *coattail effect* entre governador e senador a depender da unidade federativa analisada.

Observando os dados e a análise feita neste trabalho, cabem duas observações finais. A primeira delas é sobre a metodologia, que deverá ser aperfeiçoada para que os números reflitam ainda melhor os fenômenos eleitorais que se passam nas unidades federativas brasileiras. A segunda observação é sobre o caráter descritivo do trabalho. Por dar sequência em uma agenda de pesquisa incipiente, os dados subnacionais por si só foram uma inovação. Contudo, alguns temas podem começar a ser suscitados para gerar trabalhos explicativos sobre o *coattail effect* de governadores e senadores.

Em um horizonte de pesquisas explicativas, que seria o próximo passo, levantamos alguns temas que poderiam ser estudados dentro dessa agenda de pesquisa. O primeiro deles é o nível de polarização de alguns estados entre 1994 e 2018. Caberia um estudo sobre os pormenores dessa série temporal de eleições que parecem ser atraídas para os 50% de sucesso das chapas do governador eleito.

Uma relação causal também poderia vir de variáveis socioeconômicas. Não há muitos padrões regionais nos dados apresentados. Porém, os estados com maiores taxas de sucesso estão posicionados na metade de baixo do ranking de IDH brasileiro.

Se por um lado podemos fazer a análise com as lentes do eleitor, também é possível estudar o fenômeno do sucesso das chapas do governador vencedor pelo lado da oferta das elites políticas. Os resultados da Tabela 1 podem não ter a ver com variáveis socioeconômicas, mas com negociações das elites políticas. As elites partidárias de algumas unidades federativas podem ter chegado a acordos que aportaram, ao fim, menor competitividade eleitoral, através de amplas coligações e poucos candidatos competitivos para o cargo de governador e de senador.

Outro tema que pode ser levantado é o do atalho cognitivo. O objetivo seria entender se há algum tipo de eleitor que vê com mais facilidade um “atalho cognitivo” em senadores relacionados a um governador, e se há incidência maior desse eleitor em algumas unidades federativas específicas.

Sob a ótica de estados que apresentam baixo sucesso das chapas do governador eleito, pode-se tentar verificar a presença de políticos populares que não dividem essa liderança com outros quadros partidários. Isso poderia acabar fazendo

com que eles se sobreponham em eleições majoritárias sem, no entanto, emprestar competitividade a outros candidatos do partido.

Por fim, também deve ser proposto um olhar temporal para os dados apresentados. Uma interpretação possível diz respeito ao MDB e sua relação com a ditadura. O partido se beneficiou nas eleições pós-89 por ter sido a única sigla formal durante os anos sem democracia. Dessa forma, poder-se-ia verificar um índice maior de sucesso dos senadores coligados ao governador eleito nas primeiras eleições do pós-ditadura. Outra potencial relação é a questão das reeleições presidenciais. 1998, 2006 e 2014 são anos em que presidentes tentaram e conseguiram suas reeleições. Seria possível aplicar metodologias de causalidade para entender se esses anos possuem algum impacto sobre o sucesso de governadores eleitos em elegerem seus senadores coligados. O mesmo pode ocorrer com a regra da verticalização das coligações, que vigorou na eleição de 2002 e poderia ser analisada.

Há, portanto, boas perspectivas de, em próximos trabalhos, passarmos da mera descrição das diferenças nas taxas de sucesso estaduais à causa dessas diferenças. Seriam dinastias políticas, dados socioeconômicos ou comportamentos das elites partidárias? O que explicaria que em um estado como o Tocantins, ápice do sucesso das chapas dos governadores eleitos, um senador da coligação do governador seja frequentemente bem sucedido eleitoralmente e no Rio Grande do Sul, último colocado no ranking, isso quase nunca tenha acontecido?

Abre-se um leque de variáveis que potencialmente podem responder essas perguntas. As taxas de sucesso das chapas dos governadores vencedores, ao tentar medir o nível de *coattail effect* entre governadores e senadores de unidades federativas distintas, seriam a variável dependente desses estudos sugeridos.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. **Os Barões da Federação**: os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: Hucitec/USP, 1998.

ABRUCIO, Fernando. L.; TEIXEIRA, M. A. C.; COSTA, V. M. F. O Papel Institucional da Assembleia Legislativa Paulista: 1995 a 1998. In SANTOS, Fabiano (org.), **O Poder Legislativo nos Estados**: Diversidade e Convergência. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. p. 219-246.

ALBALA, A; RENIU, J. **Coalition Politics and Federalism**. Springer, 2018.

ALBALA, A. Coalition Presidentialism in Bicameral Congresses: How does the Control of a Bicameral Majority Affect Coalition Survival? **Brazilian Political Science Review**, v. 11, n. 2, 10 ago. 2017a.

ALBALA, A. Bicameralism and Coalition Cabinets in Presidential Polities: A configurational analysis of the coalition formation and duration processes. **The British Journal of Politics and International Relations**, v. 19, n. 4, p. 735–754, nov. 2017b.

ALVES, V. S. Comportamento eleitoral, coordenação partidária e efeito coattails no Brasil: como as eleições para o executivo influenciam o voto para deputado federal? 2019. 135 f., il. Tese (Doutorado em Ciência Política)—**Universidade de Brasília**, Brasília, 2019.

BARBOSA, L. C. A. Determinantes do voto nas eleições para o Senado Federal: cenários de 2002 a 2010. 141 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)—**Universidade Federal de Pernambuco**, Recife, 2013.

BORGES, A. Nacionalização partidária e estratégias eleitorais no presidencialismo de coalizão. **Dados**, v. 58, p. 239–275, 2015.

BORGES, A.; LLOYD, R. Presidential coattails and electoral coordination in multilevel elections: Comparative lessons from Brazil. **Electoral Studies**, n. 43, p. 104–114, 2016.

BORGES, A.; PAULA, C. DE; SILVA, A. DA N. Eleições legislativas e geografia do voto em contexto de preponderância do Executivo. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n. 58, p. 31–58, 2016.

BORGES, A.; TURGEON, M. Presidential Coattails in Coalitional Presidentialism. **Party Politics**, p. 1–32, 2017.

CARREIRÃO, Y. DE S. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 14, p. 255–295, 2014.

CUTRONE, M.; MCCARTY, N. Does Bicameralism Matter? In: Weingast B and Wittman B (eds) **The Oxford Handbook of Political Economy**. Oxford: Oxford University Press, pp.180–195.

DOMINGUES, M. P. Espírito Santo: Produção Legal e Relações entre os Poderes Executivo e Legislativo entre 1995 e 1998. In SANTOS, F. (org.), **O Poder Legislativo nos Estados: Diversidade e Convergência**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. p. 85-112.

DOWNS, A. **An economic theory of democracy**. New York: Harper, 1957.

GOLDER, M. Presidential Coattails and Legislative Fragmentation. **American Journal of Political Science**, v. 50, p. 34–48, 2006.

GRAÇA, L. F. G. **Independência ou irrelevância?** Produção legislativa e vetos na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. (1983-2010). Tese de Doutorado. Programa de pós-graduação em Ciência Política. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2014.

GROHMANN, L. G. M. O Processo Legislativo no Rio Grande do Sul: 1995 a 1998. In: SANTOS, F. (org.). **O Poder Legislativo nos Estados: Diversidade e Convergência**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. p. 113-162.

HELLER, W. B. Divided Politics: Bicameralism, Parties, and Policy in Democratic Legislatures. **Annual Review of Political Science**, v. 10, n. 1, p. 245–269, jun. 2007.

HELLER, W; BRANDUSE, D. M. The Politics of Bicameralism. In Shane Martin, Thomas Saalfeld and Kaare W. Strøm (eds.), **The Oxford Handbook of Legislative Studies**. Oxford: Oxford University Press, 332–351, 2014.

HICKENS, A; STOLL, H. Presidents and parties: how presidential elections shape coordination in legislative elections. *Comp. Polit. Stud.* 44, p. 854-883, 2011.

IZUMI, M. Y. Governo e Oposição no Senado Brasileiro (1989-2010). **Dados**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 1, p. 91-138, Mar. 2016.

LEMOS, L. B.; LLANOS, M. O senado e as aprovações de autoridades: Um estudo comparativo entre Argentina e Brasil. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo , v. 22, n. 64, p. 115-138, Jun. 2007.

LIJPHART, A. **Patterns of democracy**: government forms and performance in thirty-six countries, Yale, Yale University, 1999.

LLANOS, M; SÁNCHEZ, F. Council of Elders? The Senate and its members in the Southern Cone. **Latin American Research Review**, p. 133-152, 2006.

LOPEZ, F.; PRAÇA, S. Critérios e Lógicas de Nomeação para o Alto Escalão da Burocracia Federal Brasileira. In: LOPEZ, F. (Ed.). **Cargos de confiança no presidencialismo de coalizão brasileiro**. Brasília: IPEA, 2015.

MAINWARING, S. **Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Mercado Aberto/FGV. 2001.

MAINWARING, S; SCULLY, T. A institucionalização dos sistemas partidários na América Latina. **Dados**, v. 37, n. 1, p. 43-79. 1994.

NEIVA, P; SOARES, M. M. Senado brasileiro: casa federativa ou partidária? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 28 (81), 2013.

NICOLAU, J. **Sistemas eleitorais**. FGV, 2015.

OLIVEIRA, M. M. de. A influência do presidente e do governador nas coligações para o Senado Federal brasileiro. 112 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) — **Universidade de Brasília**, Brasília, 2021.

RUBIATTI, B; ALMEIDA, P. O Destino das Emendas dos Deputados Federais aos Projetos do Senado. *Rev. FSA*, v. 15, n. 4, art. 4, p. 64-81, jul./ago. 2018.

SANTOS, F. A Dinâmica Legislativa no Estado do Rio de Janeiro: Análise de uma Legislatura. In: .(Org.). **O Poder Legislativo nos Estados: Diversidade e Convergência**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. p.163-187.

SILVA, R. G. da. Coligações eleitorais no nível municipal: atores, racionalidade, estratégias e recursos. 117 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — **Universidade Federal de Juiz de Fora**, Juiz de Fora, 2015.

SILVA, R. S. da. Senado: Casa de Senhores? Os perfis de carreira dos senadores eleitos entre 1990 e 2006. 133 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)— **Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 2010.

SOUZA, C. Da Proporcionalidade Para A Desproporcionalidade: O Senado Brasileiro No Processo De Transição Da Monarquia Para A República. 73 f., il. Dissertação

(Mestrado em Ciência Política)—Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

STEPAN, A. Para uma nova análise comparativa do federalismo e da democracia: federações que restringem ou ampliam o poder do Demos. **Dados**: revista de ciências sociais, v. 42, n. 2, 1999.

TAROUCO, G. “Institucionalização partidária no Brasil (1982-2006)”. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 4, p. 169-186, 2010.

TOMIO, F; RICCI, P. O Governo Estadual na Experiência Política Brasileira: Os desempenhos legislativos das Assembleias Estaduais. **Revista de Sociologia Política**, Vol. 21 n.41, p. 193-217, fev. 2012.

TSEBELIS, G; MONEY, J. **Bicameralism**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.